



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING ELETRÔNICO

10/01/2011



INDICE

1. JORNAL AQUI	
1.1. TELEJUDICIÁRIO.....	1
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. DESEMBARGADORES.....	2
3. JORNAL O IMPARCIAL	
3.1. ASSESSORIA.....	3
4. JORNAL PEQUENO	
4.1. INSTITUCIONAL.....	4

▶ PELO TELEFONE**Tribunal de Justiça recebeu quase 40 mil consultas**

A procura pelos serviços do Telejudiciário do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) em 2010 chegou perto de 40 mil consultas, ultrapassando 2009 em mais de 10 mil ligações. A expectativa é que a busca por informações aumente ainda mais este ano, diante das melhorias na estrutura física do setor e do número de solicitações já realizadas nos pri-

meiros dias de 2011.

No total, o serviço contabilizou 39.737 consultas em 2010. Este ano, no período de 3 a 6, foram registradas 457 consultas referentes a processos de 1º e 2º graus, juizados especiais e orientações sobre ações cíveis e criminais, além de endereços e telefones de órgãos, entre outros serviços. De acordo com o chefe da Divisão do

Telejudiciário, Fábio Martins, o investimento feito pela atual gestão do TJMA, como a aquisição de novos equipamentos e móveis para o setor - além da ampliação do atendimento aos servidores, que passaram a consultar processos administrativos, férias, restituições e folha de pagamento, por exemplo - também contribuíram para o aumento da demanda.

O DESEMBARGADOR Antonio Bayma Araújo desembarca hoje no Aeroporto John Kennedy, em Nova York, para sua primeira viagem internacional de 2011. Durante uma semana, vai curtir os muitos encantos da capital do Mundo, já recuperada da nevasca que sofreu no final do ano passado.



Antonio Carlos

acarloslua@folha.com.br

**JUSTIÇA &
CIDADANIA**



O exemplo do Judiciário maranhense

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) está caminhando a passos largos e seguros na consolidação de um modelo de gestão estratégica que resultará, inexoravelmente, em ganhos significativos para a cidadania e para a sociedade maranhense. As experiências adquiridas na gestão do presidente da Corte, desembargador Jamil Gedeon, irão direcionar a Justiça maranhense rumo ao reconhecimento da prestação de seus serviços jurisdicionais e sociais, tornando-se modelo para outros estados

Já são visíveis e notórios os efeitos positivos do Planejamento Estratégico em execução no âmbito do Poder Judiciário, onde não tem faltado determinação, empenho e importantes investimentos para o cumprimento da Resolução nº 70 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que determina que tribunais de todo o país planejem suas ações para um período mínimo de cinco anos.

O ritmo de trabalho no Judiciário maranhense - onde já prevalece uma cultura de planejamento - tem sido intenso com vistas à execução eficiente do Planejamento Estratégico, proporcionando uma operacionalização mais dinâmica na área administrativa e a melhoria da qualidade do serviço jurisdicional, ampliando o acesso do cidadão à Justiça. Registre-se que com o atual modelo de gestão, a Justiça maranhense já cumpriu, em apenas um ano, 33% das ações previstas no Planejamento Estratégico.

O dado aponta um avanço significativo e mostra a determinação do Judiciário em realizar justiça de forma célere e eficiente, dando agilidade aos trâmites processuais, facilitando em muito a vida dos advogados e dos jurisdicionados. Os investimentos feitos até agora voltaram-se tanto para a criação de estrutura física adequada (prédios, equipamentos etc.), como também para a área de recursos humanos, para atender à demanda, ou seja, a todos aqueles que buscam a tutela jurisdicional do Estado.

O mapa estratégico do Poder Judiciário do Maranhão tem como missão garantir a Justiça, dirimindo conflitos de forma efetiva e acessível à sociedade, contribuindo para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito. Conjugando tratamento humanizado,

com práticas modernas de gestão e uso eficaz da tecnologia, o mapa estratégico tem em vista a ética, a transparência, excelência dos serviços, valorização das pessoas, justiça e comprometimento.

O conjunto de informações expressas no documento visa nortear as decisões e ações administrativas e legais do Tribunal de Justiça do Maranhão na busca de solução dos problemas judiciais, administrativos e operacionais, atingindo a excelência na prestação de serviços à sociedade.

O Planejamento Estratégico do Judiciário maranhense atende ao que está estabelecido pela Meta 1 do CNJ, que determina o desenvolvimento e/ou alinhamento do planejamento estratégico plurianual. Ele é fruto do trabalho do Núcleo de Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça (NPE), coordenado pela juíza Sônia Amaral que, juntamente com sua equipe, se empenhou na construção de uma proposta condizente com as necessidades e a realidade da Justiça do Maranhão.

O trabalho foi uma construção participativa, na medida em que foram avaliados os cenários interno e externo, e coletadas - em reuniões e workshops - ideias e sugestões de toda a comunidade forense voltadas para a melhoria do Judiciário, juntamente com a prospecção e orientação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O Planejamento Estratégico do Poder Judiciário do Maranhão - elaborado de forma democrática pelo NPE do TJMA - é constituído por 15 objetivos, que são diretamente ligados ao acesso à Justiça; à efetividade do cumprimento das decisões judiciais, promoção da cidadania; agilidade dos trâmites judiciais e administrativos; alinhamento estratégico nas unidades do Judiciário; e promoção de ações que contribuam para a interação e a troca de experiências entre tribunais.

Os objetivos apontam também para a transparência da instituição; o fortalecimento e harmonização das relações entre os Poderes, setores e instituições; disseminação de valores éticos e morais por meio de atuação institucional efetiva; motivação e comprometimento dos magistrados e servidores com a execução da estratégia; desenvolvimento de competências; adequação da estrutura física e segurança; desenvolvimento de tecnologias da informação; e promoção de ações orçamentárias visando recursos orçamentários e financeiros.

Com o Planejamento Estratégico - que serve de referência e guia para a ação organizacional - está sendo possível definir a mobilização dos recursos para alcançar os objetivos previamente propostos.

Convém ressaltar que antes da Resolução nº 70 do CNJ, o Judiciário maranhense já trabalhava na elaboração do seu Planejamento Estratégico, que passou por adequações para alinhar os objetivos específicos do Judiciário maranhense aos objetivos nacionais.